



## **ATA Nº 11/2024**

Aos 16 dias do mês de outubro de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da quarta sessão ordinária do ano 2024, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

8. Proposta de atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil.
9. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.
10. Aprovação de atas das reuniões anteriores.
11. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

### **C - Assuntos para conhecimento**

Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de junho 2024 a 31 de agosto 2024

### **D – Período de Intervenção do Público**

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, José Adolfo Carvalho Rocha por Manuel Novais, Abel Jorge Correia dos Santos por Manuel Cardoso Pereira e Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende (por motivo de suspensão de mandato) por Jorge Carvalho.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os Vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e disse que tinha dado entrada na Mesa um pedido de intervenção por parte do público, dando de seguida a palavra ao Sr. Nelson Augusto Rocha Monteiro que fez uma exposição relativa a falta de limpeza do espaço urbano, do mau estado dos passeios e falta de iluminação nas ruas.

Ponto 8. Proposta de atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Presidente da Câmara Municipal referiu que estava em causa a atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, cargo de nomeação por 3 anos renovado no ano passado, o qual era equiparado a Chefe de Divisão, sendo que a Lei permitia, o recebimento de despesas de representação no valor de 209 €, estando a verba devidamente cabimentada para cobrir aquela despesa. Disse que era um cargo extraordinariamente importante, sendo que qualquer evento tinha de ter o parecer da Proteção Civil, que acudia quando havia qualquer dissipação de risco.

Bruno Morais (BE) perguntou se era prática corrente da Câmara Municipal proceder aquele tipo de pagamento de despesa a todos os titulares de cargos de direção de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º grau.

Presidente da Câmara Municipal respondeu que nem todos.

Bruno Morais (BE) continuando com a sua intervenção, disse que no documento que lhes foi entregue, constava que em 9/03/2020 a Câmara deliberou aprovar o estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil, não auferindo despesas de representação, perguntando qual a razão para aquela alteração, aumentando-se a despesa. Que na sua declaração de voto, os vereadores do PSD referiam que existia um fundo de manuseio de 2400€ para despesas de representação pelo que considerava não fazer sentido a atribuição daquela compensação extra.

Jorge Carvalho (CDU) disse que nem documentalmente, nem pela Presidente da Câmara foi explicado como nasceu a necessidade de dar mais 209€ a um funcionário da Proteção Civil. Que a proposta foi aprovada na Câmara Municipal apenas com os votos do PS, tendo o PSD votado contra por considerar que a Câmara estava a beneficiar aquela pessoa, e que sempre que o coordenador ia a algum lado e tinha despesas da função, apresentava a fatura e a Câmara pagava. Perguntou quantos funcionários na Câmara ganhavam 2 613,84€ e se mais ninguém merecia ser aumentado em mais 200€. Disse que não era obrigatório dar aquele aumento e que para se justificar o aumento teria de se provar que o vencimento base era insuficiente e que a



pessoa merecia mais, com justificações do trabalho efetuado. Referiu que o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Espinho era o mesmo de quando existiam as corporações dos Bombeiros Voluntários de Espinho e Espinhenses, não tendo sido atualizado e adaptado nos termos da Lei. Perguntou quantos exercícios foram feitos pela Proteção Civil, de acordo com o constante na página 25 do referido Plano de Emergência.

Paulo Leite (PSD) referiu que aquele documento tinha os problemas e questões anteriormente colocadas pelos vogais do BE e da CDU, mas que lhe parecia desagradável a divulgação do vencimento da pessoa em questão, parecendo-lhe desnecessárias e injustas as considerações feitas pelo vogal da CDU, uma vez que não se tratava da pessoa nem da sua capacidade. Sobre a proposta da Câmara, referiu que não foi explicada a razão da atribuição dos 209€ àquela pessoa em particular, sendo que estava previsto um fundo de maneiço para as despesas de serviço e que as despesas no exercício das funções eram suportadas pelo município. Que as contas do município deviam ser sempre bem cuidadas não sendo fácil qualquer munícipe entender qual a razão de tal atribuição pelo que solicitou melhores esclarecimentos e justificação cabal por parte da Presidente da Câmara. Disse que gostariam de ouvir o que a bancada do PS pensava sobre aquele tema, sobre aquele acréscimo de despesa, sendo que, naturalmente o cargo era importante.

Jorge Carvalho (CDU) disse que a Presidente da Câmara era também Presidente da Comissão de Proteção Civil e que nunca trouxera à Assembleia Municipal qualquer relatório do trabalho efetuado durante o ano. Disse que o PSD referia que era desagradável falar em casos pessoais, mas tinha de ser feito porque para beneficiar um estavam a prejudicar 400 que tinham salários mais baixos e passavam mais dificuldades, sendo que, querendo, a Câmara podia duplicar o vencimento de todos os seus funcionários. Que a ideia que permanecia era que tinha sido uma proposta da Presidente da Câmara, baseada em zero, sem justificação, a não ser que a Lei permitia. Que o argumento de que tinha cabimento era algo estranho, sendo que ou alguém que tinha direito aquela despesa especial desistiu ou a Câmara já tinha previsto no orçamento despesas de representação que na altura não eram para ninguém, estando no orçamento para poderem beneficiar quem quisessem.

Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se pretendia equiparar o Coordenador Municipal de Proteção Civil a Chefe de Divisão e que a partir dali podia usufruir de despesas de representação. Fez notar que o fundo de maneiço tinha uma função completamente diferente, servindo para socorrer a alguma despesa necessária. Disse que o serviço de proteção civil estava regulamentado em diário da república de 2020; que no concelho havia mais de 4 mil ocorrências por ano; o serviço estava diretamente ligado ao salvamento nas praias e sempre que fosse necessário balizar algum acontecimento a qualquer hora. Que tinha todo o respeito pelas pessoas que trabalhavam naquele serviço, que eram incansáveis, como se pode constatar nos incêndios que tiveram há pouco tempo. Que poderia enviar os relatórios do trabalho da proteção civil e que lhe parecia de justiça equiparar o Coordenador a um Chefe de Divisão. Que,

naquele momento, existia na AMP um Conselho Municipal de Proteção Civil, sendo que Espinho era das poucas Câmaras em que o Coordenador não dispunha das despesas de representação. Disse que era falta de informação não saber que, todos os anos, em todos os nossos edifícios e escolas, eram efetuados simulacros, com exceção da Câmara Municipal em que ainda não tinha acontecido.

Jorge Carvalho (CDU) protestou referindo que a Presidente deu a entender que as pessoas se salvavam nas praias por haver proteção civil, sendo que anteriormente existiam os nadadores salvadores, existiam os bombeiros, todo aquele trabalho era feito por outras entidades. Que para além dos simulacros de incendio também havia outros, como o de cheias e inundações, de ventos fortes, de acidentes industriais, de concentração de multidões e outros. Perguntou se o coordenador tinha horário de trabalho, quantas horas tinha de prestar.

Bruno Morais (BE) disse que não estava em causa a figura do Coordenador, mas o facto de terem assumido um contrato e a meio do jogo estarem a alterar a forma como estava elaborado para atribuir uma remuneração extra e perguntou se, no momento, caso o Coordenador tivesse despesas de representação, apresentando-as na Câmara, se eram ou não retribuídas.

Presidente da Câmara respondeu que não, a partir do momento que recebia aquelas despesas de representação.

Bruno Morais (BE) perguntou se naquele momento as recebia.

Presidente da Câmara respondeu que nem todas.

Votação: aprovado por maioria com 13 votos a favor, 1 voto contra e 11 abstenções.

Declarações de Voto:

Jorge Carvalho (CDU): "A CDU votou contra este acréscimo salarial porque que a Câmara propôs por não ser justificado, por ser injusto e desigual perante os outros trabalhadores do município que merecem também um aumento salarial na escala dos 200€ e fico a saber que o PS concorda, acha que uma pessoa ser beneficiada em prejuízo de todos os outros está bem, o PSD não se importa, abstém-se e o BE também. A desigualdade entre trabalhadores não afeta muita gente".

Bruno Morais (BE): "Era nossa intenção votar contra, mas dada a resposta da Presidente da Câmara que o Coordenador de Proteção Civil não tem todas as suas despesas de representação pagas, achamos que, por lógica, o mesmo não deve de ser prejudicado da sua vida pessoal e ter de retirar dinheiro próprio para pagar despesas que faz enquanto funcionário público, como tal decidimos alterar o nosso voto para abstenção."

Teixeira Lopes (PS): "Face ao relato quer nos foi comunicado pela Presidente da Câmara sobre a atividade do Coordenador de Proteção Civil, que é equiparado a Chefe de Divisão, tendo ele lugar na Comissão Municipal da AMP e ser o único que não era recompensado sob o ponto de



visto do salário, de todos aqueles que cumpriam o mesmo tipo de serviço, mas pertenciam a outras entidades municipais; Considerando que não ouvi aqui uma única palavra sobre o facto de ele ser dedicado, de ser competente, de estar presente nos diversos acontecimentos da Proteção Civil, julgo que não há da parte do PS qualquer menção a qualquer tipo de favorecimento. Trata-se apenas do reconhecimento da capacidade que tem demonstrado na prática de pretender solucionar, e fazer esforços para que aconteça, sob o domínio da proteção civil. O PS por isso mesmo considerou que devia votar a favor da proposta.”

Paulo Leite (PSD): “O PSD absteve-se nesta votação, não porque não se importe com as questões da gestão do município, mas porque este é um ato de gestão da atual Câmara Municipal que é suportada pelo PS e tendo vindo fazer uma declaração de voto, não teve o ensejo de defender a Câmara perante as questões colocadas, nem argumentar as razões que aduziriam no seu voto favorável, mesmo quando instados a isso, mas a verdade é que este ato de gestão da Câmara Municipal, da parte do PSD não podia merecer o voto favorável por todas as dúvidas que aqui foram colocadas e este aumento de despesa proposto pela Câmara Municipal suportado pelo PS, fica na responsabilidade do PS. O PSD reconhecendo a qualidade da pessoa e do serviço e também que, em termos de proteção civil, não conhecemos casos de insucesso que pudessem eventualmente ser alvo de críticas, não estando isso em causa, mas um ato de gestão que na nossa ótica não foi suficientemente justificado, não teve o nosso voto favorável, mas tem a nossa anuência pelo facto de, há uma Câmara que decide fazer este aumento de despesa, portanto assume essa responsabilidade.”

Minuta da deliberação:

“Proposta de atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil. A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício da competência prevista no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou autorizar a atribuição de despesas de representação ao cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, no valor mensal de 209,17€, para o exercício das competências descritas no artigo 15.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação atual, e outras relacionadas, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 9/09/2024. A deliberação foi tomada por maioria com 13 votos a favor, 1 voto contra e 11 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.”

Ponto 9. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.

Não foram apresentados documentos.

Ponto 10. Aprovação de atas das reuniões anteriores.

As atas 4/2024, 5/2024, 6/2024, 7/2024, 8/2024 e 9/2024 foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam.

Ponto 11. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

No uso da palavra, a Presidente da Câmara referiu que o documento respeitava ao período de 1 de junho a 31 de agosto, período de mais intensidade na relação com a população, relembrando que tinham celebrado os 51 anos da elevação de Espinho a cidade. Que também tiveram a Época Balnear como momento marcante com imensas atividades desportivas nas praias, destacando o facto de terem tido um Posto Médico que desenvolveu um trabalho excepcional. Relembrou o AMB com a grande presença de jovens, o FIME, o FEST, o Festival de Folclore e as Estatuas Vivas. Que celebraram o Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial dos Avós, realizaram a Viagem de Finalistas, o Torneio de Boccia das IPSS. Deram início à manutenção dos espaços verdes, arranjando os sistemas de rega, estavam a dar nova vida ao RECAFE e deram início à contratação de projetos de arquitetura para a Nave Polivalente, Centro Multimeios, Piscina Solário Atlântico, Quartel de Bombeiros e disse que já foi feito o auto de consignação para os 4 parques infantis.

Nuno Almendra (PSD) sobre a entrevista que a Presidente da Câmara deu, recentemente, a um Jornal Nacional sobre a água, que leu, e tendo em conta o programa do PS que iria iniciar o 4º ano de mandato e em que constavam medidas como substituir e modernizar a rede de abastecimento, reforçar as equipas de piquete e criar um programa de combate ao desperdício de água, perguntou como estava a substituição da rede de abastecimento de água, o que foi feito naqueles 3 últimos anos; Quantas ZNC foram instaladas pelo atual executivo, para além das 23 ZNC instaladas em meados de 2021; O que estava a falhar para não conseguirem valores menores nas taxas de perda de água, que em 2019 eram de 34,7 %, em 2020 de 36,5% e em 2023 de 38,5%, registando-se uma diminuição, segundo dados apresentados pela Presidente da Câmara naquela mesma entrevista, no primeiro semestre de 2024 para 34, 4%, no entanto aquele valor era semelhante ao de 2019 e perguntou se era o envelhecimento das condutas que estava a interferir com uma meta pouco ambiciosa, a não otimização do funcionamento das ZNE ou a resposta menos rápida dos piquetes por falta de elementos. Se era algum destes, se era em conjunto ou se existia outros elementos que podiam influenciar aqueles valores que não eram satisfatórios. Que naquela semana foi anunciado que o concelho de Espinho ficou mais uma vez fora das autarquias familiarmente responsáveis. Que as famílias portuguesas e as de Espinho não eram exceção deparavam-se cada vez com mais dificuldades na aquisição de produtos alimentares com aumento de 27% acima do nível médio de preços em 2021 e em fazer face ao aumento de preços dos produtos energéticos em 6.3% acima do nível médio de 2021. Que no corrente mês de outubro foi publicado o relatório anual da União Europeia de 2024 sobre o estado das regiões e municípios e de entre as suas várias conclusões destacou a maior importância em apoiar os grupos mais vulneráveis e as famílias de baixos



rendimentos mas também os agregados familiares de rendimento médio, o aumento de investimento na habitação social, a adoção de medidas facilitadoras para aquisição de habitação e outras medidas de proteção social eram essenciais para criar comunidades sustentáveis e inclusivas. Que no final de 2022, o PSD apresentou uma recomendação onde elencava um conjunto de medidas direcionadas às famílias espinhenses, tendo a Presidente da Câmara referido a sua concordância em que as medidas avulsas resultavam sempre no dispêndio de recursos, perdendo eficiência e raramente surtiam o efeito desejável. Que acreditava que não foi por aquele motivo, ser uma medida avulsa, que decidiu eliminar o IMI familiar prejudicando 2 381 famílias com a retirada daquele benefício fiscal, nem foi por aquele motivo, que uma vereadora daquele executivo afirmou naquela mesma Assembleia, que o cheque bebé representava um dispêndio de recursos, perdia eficiência e raramente produzia os efeitos desejados, apesar de no programa daquele mesmo executivo, constar a medida de alargar e reforçar o cheque bebé. Perguntou qual o conjunto de medidas criadas pelo executivo, naqueles 2 anos, desde a apresentação daquele documento. Que no passado mês de Agosto foi lançada uma campanha designada "Todos por Espinho limpo" com a mensagem nos cartazes "se cada um fizer a sua parte, juntos fazemos a diferença", sendo que, em muitas situações, o que verificaram era que executivo não fazia a sua parte, passando a mensagem de que os munícipes eram os responsáveis pelo estado da limpeza do concelho visível a olho nu de cada um. Que, ainda no que se referia às responsabilidades do executivo na limpeza, verificaram que eram os próprios Presidentes de Junta a reclamar maior responsabilidade da Câmara Municipal, como depreenderam de uma entrevista dada pelo Presidente da Junta de Espinho a um jornal local. Que seria importante que o executivo em conjunto com o IP acordasse em que modos seria feita a limpeza da ponte pedonal localizada na zona norte da freguesia de Espinho bem como a ponte pedonal localizada na freguesia de Silvalde, sendo que a de Espinho apresentava um estado de degradação muito acentuado e perguntou de que forma o executivo pretendia assumir as suas responsabilidades em primeiro lugar para exigir aos munícipes que cumprissem as suas obrigações; Como se podiam lançar campanhas quando tinham papeleiras repletas de lixo e zonas envolventes com lixo no chão, contentores em várias zonas da cidade completamente cheios, caixotes repletos de lixo na zona da Nave Polivalente. Referiu a notícia, na página do município, que ,no âmbito da semana de receção ao caloiro, se iria realizar uma festa no dia 24 de outubro na nave polivalente, implicando o encerramento do equipamento durante 3 dias com implicações para os clubes que lá treinavam, sendo que alguns iniciavam as suas competições oficiais nos dias 26,27 e 28 de outubro causando a impossibilidade de treinar. Perguntou se o executivo confirmava a impossibilidade do normal funcionamento da Nave, qual o programa previsto para o dia 24 de outubro e se foi feito um estudo do retorno financeiro direta ou indiretamente daquele evento para a cidade.

Bruno Morais (BE) disse que choveu no armazém da Câmara levando a que os trabalhadores ficassem sem muitas condições para iniciar a sua atividade laboral num dia normal, sendo que

há dozes meses que se falava em fazer obras no armazém e perguntou para quando estaria prevista a rápida melhoria do local. Quanto aos outros equipamento municipais ali referidos pela Presidente da Câmara, sabiam que os projetos demoravam tempo, mas consideravam que estavam a demorar em demasia a passarem à prática. Sobre o SIADAP disse que tinham indicação que a Divisão de Promoção e Eventos ainda não tinha o processo concluído na totalidade. Disse que tinham conhecimento que o pavilhão da Escola Manuel Laranjeira tinha um buraco no centro do mesmo, que agora passaram a três, e que os professores de Educação Física se tinham recusado a iniciar as aulas no início do ano, prejudicando os alunos. Que o desporto escolar de pavilhão foi levado para a Sá Couto, sendo que aquela escola, apesar de ter sido requalificada, não tinha balneários adequados para os alunos se higienizarem. Perguntou para quando a requalificação do parque de estacionamento situado junto à Academia de Música. Perguntou se descobriram qual foi o foco poluente que levou à interdição a banhos, se estava ligado a terem diversas estações elevatórias que não funcionavam, sendo que em algumas, devia-se ao facto da energia que lá chegava não ser suficiente.

Jorge Carvalho (CDU) disse que havia dias em que a pressão da água não era suficiente para tomar banho, que as pessoas se queixavam dos inúmeros buracos existentes em todo o lado. Referiu os pinos instalados na beira dos passeios que não eram redondos e se tornavam perigosos caso uma pessoa batesse neles ou caísse. Que as árvores não eram podadas e havia folhas por todo o lado, entupindo as sarjetas, havia muito lixo, causando mau aspeto e que ficava admirado que ainda houvesse gente a votar no PS e no PSD. Perguntou onde estava o anúncio do transporte para as pessoas que não tinham capacidade para se deslocarem ao Hospital de Gaia; quantas pessoas tinham disso conhecimento e quantas tinham utilizado aquele serviço mensalmente.

Filipe Pinto (PSD) perguntou qual o ponto de situação dos processos judiciais do RECAFE e do Estádio Municipal; se havia previsão de conclusão do Estádio; qual o motivo de não serem pintadas as passadeiras, as linhas das estradas e os limites de estacionamento à superfície da ESSE; qual o ponto de situação das obras de recuperação dos equipamentos municipais; para quando estava previsto o seu início e o seu fim; Que em julho de 2024 a Câmara Municipal enviou-lhes uma comunicação referente às receitas de estacionamento do RECAFE e da ESSE e perguntou se a receita da ESSE de 76 mil euros referia-se ao ano de 2023 e quais os montantes dos anos anteriores. Perguntou qual foi o montante investido na campanha do lixo e se o custo foi totalmente suportado pela Câmara Municipal. Que, no orçamento estavam previstos cerca de 60 milhões de euros de receitas, tendo a Câmara cobrado cerca de 31 milhões, uma execução de 51% e que para as despesas estavam previstos também 60 milhões, tendo sido pagos apenas 21 milhões e perguntou qual o motivo de não terem sido aplicados 10 milhões, porque estavam sempre a afirmar a falta de liquidez nos cofres quando existiam 10 milhões disponíveis; de que estavam a espera para cumprir o orçamento autorizado em dezembro de 2023 e revisto 2 meses depois. Que aquela situação o levava a crer duas coisas, ou eram





receitas elevadas com rigor nas despesas ou desorçamentação por não saberem como e onde aplicar os fundos.

Paulo Leite (PSD) perguntou qual a taxa de absentismo dos trabalhadores da Câmara Municipal, o ponto de situação do parque de estacionamento do FACE. Perguntou à Presidente da Câmara para confirmar se as perdas de água não faturada foram de 36,5% em janeiro, 34,6% em fevereiro, 39,8% em Março, 30,2% em abril, 32,6% em maio, 32,8% em junho, 40,1% em julho e 32,6% em agosto. Perguntou qual a estratégia para a limpeza da cidade, para a recuperação do estado das vias de circulação, qual o ponto de situação do RECAFE

Presidente Câmara Municipal disse que a informação escrita era de junho a 31 de agosto e havia dados que não tinha, não podendo responder naquele momento. Disse que o lixo era um problema enorme, principalmente na freguesia de Espinho, aos fins de semana e durante a época balnear. Disse que a campanha foi suportada pelo município com principal função de chamar à atenção, sendo que as pessoas tinham a tendência de colocar o lixo fora dos contentores mesmo com eles vazios. Que fizeram um contrato mais robusto, na ordem dos 5 milhões de euros e esperava que situações como aquela não se viesse a repetir, tendo o município tomada uma atitude sendo que a SUMA fazia uma recolha de lixo à noite e o município fazia uma recolha a meio da manhã e a meio da tarde, principalmente no verão. Que nas restantes freguesias refletia-se mais na quantidade de verdes que tinham de ser recolhidos mais frequentemente. Que iriam comprar alguma maquinaria que lhes permitisse acudir a algumas situações em que não fosse possível recolher o lixo e mais contentores. Que era necessário higienizar os contentores e os espaços envolventes com mais frequência. Sobre as perdas de água, disse que a EN 109 contribuía imenso para a situação, sendo que tinha uma reunião agendada para aquele dia com o Ministro em Lisboa mas que a reunião tinha sido adiada, por um imprevisto do Ministro para segunda feira para falarem de vários assuntos, nomeadamente sobre a EN109 que estava num estado de degradação elevadíssimo e sobre o TGV, tendo também pedido para reunir com a Secretaria de Estado da Habitação. Que dispunham de uma nova plataforma e estavam a implementar sistemas que lhes permitissem detetar fugas mais facilmente. Quando à Nave Desportiva, referiu que as equipas que utilizavam o equipamento para os seus treinos seriam acauteladas nas escolas. Que o quartel dos bombeiros estava a ser pintado e arranjado pelos trabalhadores do município para poder receber os trabalhadores dos armazéns, estando a faltar uns serviços de serralharia por motivo do serralheiro se ter magoado, sendo que os materiais existentes no armazém iriam começar a ser enviados para o quartel. Quanto ao SIADAP, as avaliações já foram entregues aos trabalhadores da Divisão de Promoção e Eventos, sendo que aqueles que não estivessem de acordo com elas poderiam recorrer e que as reclamações anteriormente feitas pelos trabalhadores das outras divisões estavam praticamente encerradas. Disse que a escola Manuel Laranjeira não era do município, sendo que o Diretor teria de reclamar. Que os balneários e o pavilhão da Escola Sá Couto não sofreram intervenção, sendo que os balneários eram bons e

estavam destinados ao pavilhão mais pequeno para o 1º ciclo e educação pré-escolar. Que estava previsto o alcatroamento do piso do parque situado entre a Escola Sá Couto, Piscina e Academia de Música e que depois de ouvidos a Associação de Pais e diretores das Escolas para perceberem a melhor dinâmica para as pessoas que levam os alunos às escolas, houve alterações que tiveram de ser incluídas no projeto que neste momento estava já concluído, pelo que agora passava para a fase de lançamento do concurso, esperando que até ao final do ano estivesse o espaço já requalificado. Sobre a interdição a banhos, disse que antigamente não se faziam análises sistemáticas, sendo que agora eram obrigatórias levando a um maior rigor e que a interdição foi originada pelo facto das bombas das elevatórias se terem estragado tendo-se comprado novas. Sobre o transporte para o hospital de Gaia, qualquer pessoa podia requisitar transporte. Que continuavam em Tribunal com a ABB sobre o RECAFE e que estavam a tentar solucionar o problema com a energia. Que concordava que era necessário pintar as passadeiras, a sinalização horizontal. Sobre as obras de requalificação dos edifícios municipais disse que o projeto de requalificação da Nave do primeiro arquiteto estava resolvido, cobertura nova, sistema AVAC e também os arranjos exteriores estando previstos 1,4 milhões de euros, sendo que ultrapassando os 600 mil, o projeto tinha de ser revisto por outro arquiteto e carecia de visto do Tribunal de Contas. Quanto ao Quartel de Bombeiros era simples porque se tratava de um estudo prévio de especialidades e quanto ao Centro Multimeios e Piscina Solário Atlântico eram de mais investimento, nomeadamente a piscina que teria de passar pelos mesmos passos da nave. Que depois viria a Biblioteca, que não carecia de grande investimento, e o FACE cuja requalificação também deveria ir para cima de 1 milhão de euros. Sobre as receitas do parque e da ESSE, não tinha dados disponíveis. Quanto à taxa de absentismo dos trabalhadores da Câmara disse que não tinha dados, sendo que nas escolas sabiam que tinham doenças prolongadas mas que não era dos locais com maior taxa de absentismo. Disse que a partir de segunda feira as escolas teriam mais funcionários para suprir as faltas das pessoas com doença prolongada e das que iam para a reforma. Que o parque de estacionamento do FACE estava fechado porque não estava a reunir as condições, tinha imensa água no piso e porque não tinham funcionários em número suficiente para vigilância e segurança nas saídas para dentro do edifício, após o encerramento dos serviços. Que pretendiam levar a reunião de Câmara uma proposta para oferecer às crianças que nascessem no concelho duas vacinas.

Passou a palavra à Vereadora Lurdes Rebelo que esclareceu que pretendiam oferecer a vacina do rotavírus e da meningite, esperando poder aplicar o processo ainda no ano em curso.

Presidente da Câmara esclareceu ainda que pretendiam encontrar forma de apoiar as crianças oferecendo o lanche da manhã e da tarde, dado que para muitas a única refeição do dia era o almoço na escola. Sobre a limpeza das duas passagens superiores pedonais, disse que era visível o seu estado de degradação, que teriam de ter tratamento, e sendo que seria pedido a uma entidade credenciada para fazer um levantamento de todas as conformidades e



inconformidades da Alameda para se verificar se o caderno de encargos foi ou não cumprido, para depois poderem atuar.

Jorge Carvalho (CDU) disse que estavam no último ano de mandato e que as promessas ali feitas pela Presidente da Câmara já não seriam por ela executadas. Que desviava aquilo que era importante, chamando a atenção para pequenos pormenores. Que as coisas iam mal, reconhecendo que não tinha a culpa toda, porque no passado houve um desfalcamento da capacidade da Câmara, que um serralheiro adoecendo fazia que o serviço parasse, sendo que não há muito tempo, a Câmara tinha um corpo de pessoal que aparecia sempre que necessário. Que o serviço de transporte para o hospital de Gaia, era pouco conhecido e divulgado. Que havia muita promessa e pouca execução e que, se aquele documento estivesse a votação, votaria contra.

Paulo Leite (PSD) disse que aquele documento tinha como objetivo tomar conhecimento das atividades da Câmara, permitir o debate e permitir críticas objetivas e construtivas. Que a maior parte das perguntas colocadas anteriormente não foram respondidas, sendo contornadas para não se dar resposta pelo facto de, na sua perspetiva, não terem resposta, sendo que o executivo tinha dificuldade em explicar o que estava a acontecer e o que a população sentia. Sobre o absentismo, disse que era um indicador fundamental para se perceber como estava a funcionar a organização, e que sabia que o absentismo na Câmara era muito elevado, sendo que, quando havia tendência para as pessoas faltarem, era preciso analisar a questão. Que a ignorância daquele número por parte de quem geria a Câmara era um fator relevante daquilo que era uma pouca noção do que era gerir uma Câmara Municipal ou uma empresa. Que, desde que o PS tomou posse, o concelho teve o azar de ter escolhido o PS porque entre o monte de promessas feitas e o executado, a distância era grande. Que, quando o PS era oposição estava muito preocupado com a questão das perdas de água e que agora colocada a questão não soube responder. Que não continuaram com as obras na Rua 19, perdendo quase um milhão de euros. Que o ex-presidente Miguel Reis abriu o parque de estacionamento do FACE, colocando um rotulo de eventual incompetência de quem estava antes no executivo e tinha, numa posição responsável, tomada uma correta decisão em não abrir o parque, acusando o PSD de falta de vontade, tendo agora a Presidente da Câmara admitido que não havia condições para o seu funcionamento. Que muitas mentiras foram contadas pelo PS para conquistar a Câmara, sendo que o resultado estava à vista de todos, e que, pelo menos, não deviam ter anulado as políticas do PSD e tomarem decisões claramente prejudiciais para toda a população e concelho. Que a limpeza da cidade não estava bem, o estado das vias se deteriorou ainda mais, o estádio municipal parado depois de se ter lá enterrado uma grande quantidade de dinheiro. Que esperava que a bancada do PS tivesse mais um pouco de critério na aceitação do que a Câmara Municipal pretendia e tinha a certeza de que havia ali pessoas que votavam o que não queriam. Disse que não havia estratégia, havia desorçamentação e desorientação sobre a forma como as coisas deveriam ser feitas. Que a governação do PS no concelho não era a adequada e que pela

ausência das explicações se constatava que Espinho não tinha tido a melhor governação que merecia.

Nuno Almendra (PSD) referiu que a Presidente da Câmara focava muito a responsabilização das pessoas na questão do lixo, dando a sensação de que os Espinhenses eram pessoas que não cumpriam com as regras, sendo que o que estava em causa era a responsabilização da Câmara Municipal. Fez notar que havia situações fáceis de resolver, como: a colocação de papeleiras nas Ruas, como por exemplo na Rua 33, onde, em toda a sua extensão, só existia uma; o número de contentores em determinadas zonas do concelho era insuficiente, devido à construção de novos prédios de habitação, de restaurantes. Que tinha verificado que os restaurantes colocavam os resíduos destinados ao contentor castanho no contentor de lixo comum, despejando, muitas vezes, os próprios sacos dentro dos contentores, sendo que não havia limpeza que aguentasse isso, sendo que era preciso uma sensibilização, uma fiscalização e aplicação de coimas. Fez notar que o Toninho Cup foi organizado na Nave Polivalente com 840 atletas não contando com os espectadores e treinadores e que no domingo de manhã, o lixo era em maior quantidade à volta dos caixotes do que dentro dos caixotes que estavam cheios, sendo que a Câmara devia ter reforçado o número de caixotes de lixo. Sobre o parque do Face, finalmente tiveram o reconhecimento do executivo que tudo não passou de uma ilegalidade, tendo sido pena o investimento que lá foi feito que era mais um perdido e pediu para apagarem a luz verde.

Teixeira Lopes (PS) disse que se confessava triste pelas intervenções anteriores que só tinham duas encomendações, a primeira a derrota do PS e a segunda que já se esqueceram que foram responsáveis durante 12 anos pelo governo do município e que, devido às suas promessas eleitorais serem fabulosas, foram premiados pela derrota, embora não invalidasse que algumas das questões colocadas fossem verdadeiras. Disse que não gostou da intervenção, que esteve a ralhar aos vogais do PS, considerando-se um indivíduo sem ter nenhum pecado, confessando-se como incapaz, como incompetente, como foi o partido dele durante 12 anos. Perguntou se achava que os vogais do PS eram atrasados mentais, se achava que não compreendiam a situação política do concelho e se achava que eram incapazes ou incompetentes. Que se assim era, estava a tomar desejos por realidade e que, embora tivesse o direito de criticar não podia permitir a forma como o fizera. Que o grande júízo do PS seria o povo de Espinho nas próximas eleições. Que se o vogal estava doente, devia tratar-se e que não era digno de estar naquela assembleia ou naquelas que a precederam.

Paulo Leite (PSD) protestou referindo que se alguém insultou alguém foi o vogal do PS na sua intervenção usando uma linguagem que era desadequada e que não tinha o direito de intimidar, de insultar só porque não gostou do que ouviu, sendo que as verdades magoavam, mas eram verdades.



Alexandra Bastos (PSD) disse que aquele momento não foi o melhor, não foi o melhor para o exercício da democracia entre os vários partidos da Assembleia e todos tinham de fazer um esforço para melhorar as suas intervenções em prol da melhoria da cidade de Espinho.

Presidente Câmara Municipal esclareceu que não referiu que os espinhenses faziam lixo, mas que precisavam da colaboração dos espinhenses. Que, por vezes, o lixo colocado fora dos contentores não era dos espinhenses. Que, por ocasião da realização das festas na frente marítima, se fez o reforço de número de contentores, verificando-se que as pessoas, que não eram espinhenses, em vez de colocar o lixo nos contentores, o punham fora. Que apelou para terem uma atitude cívica e apelou também para não colocarem os "monos" na vias públicas fora dos dias de recolha gratuita que eram previamente agendados com os serviços da Câmara. Disse que tinha muita experiência e que não fazia trapalhadas, tudo demorava o seu tempo e tinha de ser bem feito. Que podiam ter a certeza que ia realizar obra, mas que não seria a correr

A Presidente da Assembleia Municipal disse que a informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de junho 2024 a 31 de agosto 2024, tinha sido já partilhada para conhecimento de todos os membros da Assembleia e, não havendo mais assuntos a tratar deu a reunião por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

Presidente da Assembleia Municipal

---

A Funcionária Municipal,

---